

Dornelles promete submeter ao Congresso todo detalhe do acordo

por Cláudio Safatle
de Brasília

O ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, reuniu-se ontem com catorze parlamentares, líderes e vice-líderes da Aliança Democrática, para um almoço na sede do Ministério, quando detalhou o primeiro estágio das negociações com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e os bancos credores do País, para o reescalonamento da dívida externa brasileira nos próximos dezesseis anos. Durante o encontro, o ministro fez uma importante promessa: "Ele não fará absolutamente nada sem conversar conosco, sem sentir sustentação política para esses acordos", anunciou o líder do governo no Congresso, Fernando Henrique Cardoso, ao sair da reunião.

Mais do que submeter ao Parlamento os termos dos acordos que serão feitos, o ministro "não nos está apresentando um prato feito, mas mostrando com que ingredientes o prato pode vir a ser feito. Depois, vamos discutir com o presidente da República, com o governo, em seu conjunto, se tem sentido este acordo ser ou não, referendado pelo Congresso Nacional", completou o senador paulista, indicando, dessa forma, o estilo de relacionamento que a Nova República deseja imprimir entre o Poder Executivo e o Legislativo em questões que sempre foram consideradas "tabus" pelas gestões anteriores.

VANTAGENS

Esse novo contorno que se pretende dar às negociações externas pode trazer vantagens para os dois lados, argumenta o líder do PMDB na Câmara, deputado Pimenta da Veiga: "Se,

por um lado, a participação do Congresso Nacional assusta os bancos credores, por outro, ela lhes dará garantia de que os pontos que forem acordados serão cumpridos". O deputado elogiou a segurança com que Dornelles está conduzindo as negociações e relatou que houve debate em torno de questões complexas, como o pagamento de US\$ 12 bilhões de juros anuais pelo País ao exterior, mas "não ouvi nenhuma restrição à forma com que o ministro está tocando as negociações".

Tanto o ex-ministro da Agricultura do governo João Goulart, deputado Osvaldo Lima Filho, quanto o deputado Celso Sabóia, ambos do PMDB, levantaram a impossibilidade de haver concordância com a remessa de todo o saldo da balança comercial para o exterior, como pagamento dos juros da dívida externa. Dornelles contra-argumentou que estas são as leis do mercado e que todos os demais países devedores estão aceitando essa regra, o que dificulta a posição brasileira de tentar obter condições mais favoráveis, como a capitalização parcial dos juros, por exemplo.

CARENCIA

O ministro da Fazenda já considerou tal ingrediente como "folclórico" e, como disse Sabóia a este jornal "eu reconheço que não é fácil", mas recebeu do ministro a abertura para que "se eu tiver uma fórmula para contornar esse problema, que eu posso apresentar a ele, que a examinará com cuidado".

Pimenta da Veiga adiantou que um dos pontos que Dornelles pretende rever no pacote de renegociação plurianual da dívida exter-

na, elaborado pela gestão passada, refere-se ao prazo de carência. Pela norma original, o País teria de pagar uma pequena parcela das amortizações nos próximos anos, começando num patamar de US\$ 300 milhões e crescendo anualmente. Dornelles pretende colocar na mesa de negociação a tese de carência integral por uns seis a sete anos, informou o deputado.

Todos os parlamentares presentes concordaram com a mudança do acordo com o FMI para o esquema "stand by", que, como observou Fernando Henrique Cardoso, está "dentro da linha que preconizamos, já que sempre fomos contrários a que o Brasil fechasse acordos a perder de vista que permitissem um controle da nossa economia pelo FMI". Contestam, porém, a cláusula do "monitoramento" do FMI no País durante o período da renegociação plurianual, ou seja, por mais dezesseis anos. "Naturalmente os bancos e agentes internacionais fazem relatórios a respeito da economia brasileira e de outras economias. Isto é normal, outra questão é ligar esses relatórios à concessão de empréstimos. Isto não nos parece adequado", sustentou o senador Fernando Henrique Cardoso.

Dornelles, que acompanhou os parlamentares até a saída privativa do Ministério da Fazenda, indicou aos jornalistas que, na reunião de ontem, fez um relatório aos parlamentares sobre as conversas que manteve em Washington e em Nova York com o FMI, Banco Mundial, o Tesouro norte-americano e com o comitê de assessoramento da dívida externa, e insistiu que vai trabalhar em torno de um acordo realista com o FMI e, junto aos bancos privados, solicitará menores taxas de juros, mais prazos e maiores carências.

INTERBANCARIO

Indagado sobre as dificuldades que alguns bancos brasileiros estão enfrentando no exterior com perda de liquidez, o ministro contra-argumentou: "O sistema financeiro brasilei-

"Crédito novo é desnecessário"

Um porta-voz do Banco Central declarou, ontem, que o Brasil não precisará obter novos empréstimos dos bancos internacionais neste ano, apesar da recém-projetada redução de US\$ 1,1 bilhão no desembolso de fundos provenientes do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial.

O Ministério da Fazenda disse, nesta semana, que o País receberá US\$ 400 milhões do FMI e US\$ 950 milhões do Banco Mundial em 1985. Estimativas anteriores indicaram as cifras nos níveis de US\$ 1,132 bilhão e US\$ 1,2 bilhão, respectivamente.

logação" do Congresso. Isso será determinado pelo presidente José Sarney.

Estavam no almoço os seguintes parlamentares: José Lourenço (PFL-BA), líder da Frente Liberal na Câmara; Fernando Henrique Cardoso, senador pelo PMDB de São Paulo e líder do governo no Congresso; Humberto Lucena (PMDB-PB), líder do PMDB no Senado; Pimenta da Veiga, líder do PMDB na Câmara os vice-líderes a; deputado Heráclito Fortes (PMDB-PI); Jorge Uequed (PMDB-RS), Sinval Guazzelli (PMDB-RS), Luiz Henrique (PMDB-SC), Walmor de Luca (PMDB-SC), Darcy Passos (PMDB-SP), Genebaldo Corrêa (PMDB-BA); e os deputados Celso Sabóia (PMDB-PR), João Agripino (PMDB-PB) e Osvaldo Lima Filho (PMDB-PE).

ro está-se portando com muita maturidade e muita tranquilidade. O Banco Central vem trabalhando intensamente com todos eles, de modo que estou muito confiante na solidez desse sistema".

A forma de participação efetiva do Congresso Nacional no acerto externo ainda não está totalmente definida, podendo haver, ao final do acordo, "homo-